

ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO PERIFÉRICA¹

HAROLDO BASTO CORDEIRO JÚNIOR
Contra-Almirante (RRm)

SUMÁRIO

Introdução
A Estratégia da Contenção Periférica
A Doutrina Truman
O Plano Marshall
A Organização do Tratado do Atlântico Norte
A Guerra da Coreia

Enunciado: “Conter o avanço comunista sobre outras áreas terrestres e impedir o livre acesso da URSS ao Atlântico (e Mediterrâneo), Pacífico e Índico, mediante o emprego de alianças político-militares e do Poder Marítimo, bem como manter o controle de posições periféricas importantes, empregando meios convencionais e admitindo, no máximo, o uso de armas nucleares táticas”.

1 N. R.: Este artigo pertence a uma série em que o autor apresenta as diversas estratégias que foram adotadas após a Segunda Guerra Mundial, a saber: Contenção Periférica, Retaliação Maciça, Deterrence ou Dissuasão e Resposta Flexível.

INTRODUÇÃO

O ano de 1946 transcorria ainda sob o impacto do lançamento de bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasáqui, quando Bernard Brodie apresentava ao mundo sua mais recente obra, *A arma absoluta*, uma coleção de ensaios onde visualizava as consequências morais e políticas do emprego das armas atômicas e procurava alertar a nação norte-americana sobre a dimensão e a urgência dos problemas que iriam surgir após a vitória militar e o término da Segunda Guerra Mundial.

Efetivamente, os malefícios decorrentes do lançamento das bombas atômicas sobre o Japão haviam abalado tão profundamente a opinião pública mundial que, embora somente os Estados Unidos da América possuísssem a arma capaz de tal poder de destruição, dela não pensavam fazer uso, em face da inexistência de um oponente declarado e em vista das repercussões, ainda não perfeitamente identificadas e compreendidas, sobre a vida humana (até porque os efeitos da explosão nuclear só seriam perfeitamente compreendidos depois das experiências que seriam realizadas no Atol de Bikini).

Em 1947, a União Soviética pressionava a Turquia através de guerrilhas e ameaçava envolver a Grécia no bloco socialista, por meio de uma guerrilha promovida pelo Partido Comunista Grego² e que contava com sua inspiração e apoio.

O Ocidente interpretava essas ações como um movimento para a expansão das fronteiras políticas e ideológicas da URSS e considerava que a única forma de contê-lo era confrontá-lo com um poder superior e a manifesta intenção de utilizá-lo. Mas já

havia a percepção de que a arma atômica não era o instrumento adequado para esse empreendimento, em face das imprevisíveis consequências na Europa dessa época.

No dizer de Alain C. Enthoven, “uma marreta (seria uma referência subliminar ao *big stick* de Theodore Roosevelt?) não é, positivamente, o substituto para um mata-mosquito”.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, os Estados Unidos haviam retirado suas tropas (em primeiro lugar para a continuação da guerra no Pacífico, depois para promover a desmobilização de suas forças terrestres) e reorganizaram sua economia interna, na transformação da economia de guerra para a de paz, que caracterizaria o início de sua desmobilização (que, na verdade, não ocorreu – suas Forças Armadas foram enxugadas, tendo grande parte de seu pessoal sido dispensada do serviço ativo, mas sua indústria bélica continuou a se desenvolver, agora suportada por tecnologia só disponível aos Estados Unidos; também o excedente de seu material bélico foi transferido a seus aliados).

Já a URSS, cujos exércitos haviam se projetado muito além de suas fronteiras, e que se havia beneficiado do fato da reação interna às tropas alemãs nos países conquistados pela Alemanha ter sido infiltrada pelos partidos comunistas locais (os governos de antes da guerra – exceção feita à facção gaulista da França Livre – haviam se exilado na Grã-Bretanha, de onde tiveram participação apenas perfunctória na guerra) não teve dificuldade para satelitizá-los, mantendo seus exércitos nos países que havia liberado em sua ofensiva em direção à Alemanha e nas fronteiras da Europa Ocidental.

2 N.R.: Veja “A crise na Grécia – 50 anos” na RMB 4º trim/1999, pág. 141 a 172.

A ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO PERIFÉRICA

Nestas circunstâncias, e dentro desse contexto político-militar, o jornalista Walter Lipman, inicialmente, e o embaixador norte-americano junto ao governo soviético, George F. Kennan, formularam a concepção da estratégia da contenção periférica.

O embasamento teórico dessa estratégia se encontra no ideário do Almirante A. T. Mahan, o apologista do Poder Marítimo e de seu emprego para a construção de impérios, e na adaptação, para o contexto político da ocasião, de duas teorias geopolíticas: a concepção de Mackinder, originalmente apresentada em 1904, segundo a qual "quem dominasse a Eurásia – que ele chamava *heartland*, a *área pivot* – dominaria o mundo", e a teoria exposta por N. J. Spykman, na qual os conceitos de Mackinder eram adaptados aos anos 30, preconizando que quem controlasse a periferia do *heartland* – que ele denominava *rimland* (fimbrias) – seria capaz de controlá-lo e, assim, "quem dominasse a *rimland* regeria a Eurásia e quem regesse a Eurásia controlaria os destinos do mundo".

Nessa visão se encontra evidente a idéia de cerco geográfico ao *heartland* e da negação de seu acesso aos mares quentes, que só poderia ser realizado pelo controle da periferia da *área pivot*.

O conceito dessa estratégia de contenção periférica era, portanto, o de um cinturão defensivo envolvendo a Rússia soviética e seus satélites. Seus instrumentos seriam a política (diplomacia e ajuda econômica e militar) e o Poder Marítimo, provendo este a mobilidade necessária ao posicionamento de forças adequadas.

A DOCTRINA TRUMAN

O resultado prático dessa nova estratégia norte-americana consubstanciou-se na

chamada Doutrina Truman, que, em seu Ponto IV, preconizava a ajuda econômico-militar a países que estivessem na iminência de serem absorvidos pela União Soviética.

A Doutrina Truman consolidava a idéia de que para sustar o previsto movimento expansionista soviético teria que prover recursos econômicos e militares aos países que enfrentavam movimentos revolucionários de inspiração comunista, bem como àqueles em que fosse possível que o poder político fosse empolgado por partidos de orientação marxista-leninista.

Os primeiros países beneficiados foram a Turquia e a Grécia, onde já se manifestavam pressões soviéticas e ameaça de rebeliões, e era imaginado que tais ações se poderiam alastrar a outros países da Europa, especialmente à Itália, onde o movimento comunista era bastante ativo, e ao Oriente Médio.

O ímpeto soviético foi contido na Turquia e na Grécia, parecendo ter sido justificada a intervenção norte-americana nesses dois países.

O PLANO MARSHALL

A segunda fase da Grande Estratégia norte-americana foi o chamado Plano Marshall, anunciado em 5 de junho de 1947, cuja finalidade principal era prover ajuda econômica aos países da Europa (que haviam sido devastados pela guerra) para sua reconstrução e reintegração à economia mundial. Cabe apontar que a URSS se recusara a prover semelhante tipo de ajuda aos países que, em sua ofensiva sobre a Alemanha, ocupava e transformara em seus satélites.

Esses dois instrumentos de política, a Doutrina Truman e o Plano Marshall, este, basicamente, de caráter econômico, tinham, subliminarmente, a idéia da contenção soviética, através do fortalecimento econô-

mico das nações lindeiras às fronteiras da URSS (e de seus satélites), conforme argumentação do próprio Presidente Truman.

Os acontecimentos pareceram confirmar a intuição política norte-americana. **Em fevereiro de 1948**, no episódio que ficou conhecido como **Primavera de Praga**, o Exército soviético, apoiando decisivamente um golpe de Estado desfechado pelo Partido Comunista Tcheco-eslovaco, transformou a Tcheco-eslováquia em uma república socialista, nos moldes soviéticos.

E em 24 de junho de 1948, a URSS interditiou o acesso rododotroviário aos setores sob jurisdição das potências ocidentais em Berlim. Essa interdição, verdadeiro bloqueio terrestre, que durou até maio de 1949, pôde ser interpretada como uma tentativa da URSS para se assenhorear de toda a antiga capital alemã, de fazer uma demonstração de força em relação à sua posição sobre os países da Europa Oriental ou, mesmo, como um desafio às nações do Ocidente, com o propósito de forçá-las a uma demonstração de credibilidade quanto ao compromisso de manter o abastecimento dos setores de Berlim sob sua jurisdição e, por extensão, o apoio à Europa.

Este bloqueio, que exigiu uma demonstração inequívoca do poder norte-americano, ao conseguir manter o abastecimento de Berlim Ocidental por meio de uma ponte aérea, comprovou a disposição ocidental de conter o expansionismo soviético e a disposição dos Estados Unidos de se engajarem, decididamente, na proteção das nações da Europa Ocidental.

Em 27 de junho de 1948, foi assinado um acordo de segurança coletiva, o **Tratado de Bruxelas**, entre Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, que pôde ser interpretado como uma primeira demonstração, originada por outros países, de uma preocupação em relação ao expansionismo soviético.

Em 1949, a Hungria foi incorporada, como uma república socialista, ao bloco soviético.

E a Guerra Fria estendeu-se a outros países e continentes, sob a égide dos Congressos da Paz e das Guerras de Libertação, todos promovidos por facções de inspiração comunista e que recebiam apoio da URSS – a Guerra Fria passou a utilizar não só a ameaça de emprego de meios convencionais militares mas também a guerrilha urbana e rural.

O continente europeu estava, pois, dividido pela Cortina de Ferro, entre o Leste e o Oeste, e o resto do mundo ameaçado de se ver envolvido nesse contencioso, que já se alastrara ao Extremo Oriente.

Com a vitória de Mao-Tsé Tung sobre Chiang Kai-Shek, a China adotara o regime comunista, enquanto Chiang se refugiara em Taiwan (criando a China Nacionalista, que recebeu pronto apoio e ajuda dos Estados Unidos).

Também a península coreana foi dividida, por um acordo firmado entre os ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, URSS e Grã-Bretanha, em duas zonas de ocupação, que ficariam, por cinco anos, sob administração norte-americana a do Sul, e soviética a do Norte, separadas pelo paralelo 48° N.

Estavam, assim, transplantados para o Extremo Oriente a dicotomia e o contencioso entre o comunismo e o sistema ocidental, e os Estados Unidos passaram a considerar a China como mais um tentáculo do expansionismo soviético, a exigir, portanto, ações para sua contenção, visando à proteção de seus interesses na região.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

Neste contexto, sem perspectiva de recuo, foi, em **4 de abril de 1949**, criada a

OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em que os Estados Unidos, o Canadá, a Dinamarca, a Islândia, a Noruega, a Itália e Portugal aliavam-se aos países do Tratado de Bruxelas e estabeleciam uma aliança de caráter essencialmente militar, de segurança coletiva, sob o comando dos Estados Unidos, assumindo este o compromisso de impedir, se preciso pela força das armas, o avanço soviético sobre a área acordada como de interesse direto dos países europeus.

A OTAN fornecia um cristalino exemplo de coalizão político-estratégica e não se restringia, apenas, ao clássico teatro de operações no continente europeu, cobrindo geograficamente todas as direções (inclusive em sua projeção oceânica) que a URSS poderia tentar utilizar em seu movimento expansionista no continente europeu e águas lindeiras. E incorporava, também, para se opor aos movimentos do inimigo, conceitos do Plano Marshall, transcendendo, portanto, o campo puramente militar e passando a abranger os demais campos do poder, com o que se transformava em uma aliança de caráter geral.

Mas a OTAN era, apenas, regional e havia outras direções em que era possível visualizar a continuação do expansionismo soviético. Essas direções tinham, portanto, que ser bloqueadas, dentro da filosofia de contenção que norteava os Estados Unidos.

Como já controlava o nordeste asiático com seu domínio sobre o Japão, a Coreia do Sul e as Filipinas, os Estados Unidos estabeleceram, nas outras direções, alianças político-econômicas, mas também estratégico-militares. Assim, foram firmados **pactos de segurança no Oriente Médio (CENTO)**, no **Sudeste Asiático (SEATO)** e com a **Austrália e a Nova Zelândia**

(ANZUS) – o subcontinente indiano permanecia, ainda, sob domínio britânico (a Índia não se tornara, ainda, independente), além do que reconheciam, Estados Unidos e Grã-Bretanha, a existência de relações especiais entre ambos.

Os Estados Unidos, assim, se interligavam aos possíveis contenciosos latentes na área de abrangência de cada um desses pactos de segurança – poder-se-ia dizer ser ele o denominador comum.

A contrapartida soviética à estratégia da contenção periférica e à OTAN foi a cristalização de sua posição no oeste da Europa, o fortalecimento de sua defesa terrestre em profundidade, no território dos países ainda sob sua ocupação, e o recrudescimento de sua atuação subversiva nos demais países do mundo.

No campo militar, procurou a URSS desenvolver armas capazes de enfrentar o cerco estratégico que sentia se estender ao redor de seu território. Dentro dessa idéia encontravam-se:

- o desenvolvimento de blindados para ocupar e cobrir a zona-tampão entre sua fronteira política incluindo os países que havia tornado em satélites e a da Europa Ocidental;

- o desenvolvimento de uma aviação de caça de primeira ordem que, de suas bases aéreas e aeroportos nos estados satélites, tinha condição de interceptar a projeção de poder aeroestratégico norte-americano lançado a partir das bases aéreas da Europa Ocidental; e

- o desenvolvimento de uma Marinha de Guerra, inicialmente defensiva, com a construção de submarinos de pequeno porte, para ameaçar a aproximação das forças aeronavais norte-americanas que, do mar, poderiam alcançar seu território³.

3 N.A.: Apesar de a URSS ser um país que, desde o princípio do século, com sua derrota naval no Extremo Oriente, relegara a segundo plano seu projeto de construção de um Poder Naval.

E pretendia também, utilizando o conceito internacionalista latente no marxismo-leninismo, apoiar o desenvolvimento dos partidos comunistas nos outros países e auxiliá-los a empolgar o Poder Político, assim envolvendo, politicamente, o cerco geográfico que lhe era imposto.

A BOMBA ATÔMICA SOVIÉTICA

Em 23 de setembro de 1949, a URSS surpreendia o mundo com a detonação de sua primeira bomba atômica.

Os dois países que ocupavam a liderança da cena mundial dispunham agora de armamento nuclear, cujo emprego parecia moralmente inaceitável, a não ser que houvesse um objetivo político cuja importância (para qualquer dos oponentes) justificasse seu emprego.

Mas havia uma diferença estratégica entre ambos: os Estados Unidos dispunham de vetores (os bombardeiros B-29) capazes de entregar a arma atômica nos principais centros populacionais soviéticos⁴ e a URSS dispunha de grande quantidade de aeronaves de caça, que podiam estacionar na região ocupada por seus exércitos, o que correspondia a ter estabelecido uma defesa aérea em profundidade na direção mais provável de ataque a seu território.

E, no que diz respeito à guerra aérea propriamente dita, eram bastante diferentes as experiências dos dois países: enquanto os Estados Unidos detinham considerável experiência no bombardeio estratégico (na

projeção de Poder Aéreo ao interior dos países conquistados pela Alemanha) e no apoio aerotático às operações terrestres (que tão necessário fora na invasão da Normandia e no teatro da Itália), a URSS desenvolvera prioritariamente sua aviação de caça, para a defesa de seus principais centros populacionais e industriais contra os bombardeiros alemães e para neutralizar o apoio aerotático às forças terrestres alemãs – as operações terrestres soviéticas se apoiavam no princípio da massa, na manobra e na mobilidade e prescindiam de apoio aerotático a seu movimento ofensivo.

Havia, assim, além do problema moral do emprego da arma atômica, pela inexistência de um propósito que justificasse sua utilização, um verdadeiro impasse estratégico na Europa, em virtude da falta de vetores apropriados para a entrega da arma nuclear.

A GUERRA DA CORÉIA

O único confronto do período de adoção explícita, pelo Ocidente, da estratégia de contenção periférica foi a Guerra da Coreia, deflagrada em 25 de junho de 1950, com a transposição do paralelo 48° N pelo Exército e blindados da Coreia do Norte (reforçado pelas forças chinesas de Mao Tse-Tung) invadindo a Coreia do Sul.

Faltavam apenas poucos meses para a extinção do mandato que os Estados Unidos obtiveram para a administração da Coreia do Sul, por ocasião do término da Segunda Guerra Mundial.

Pela primeira vez, o Poder Político atuava diretamente sobre a condução da guerra, ao recusar autorização para o emprego da arma atômica

4 N.A.: Entretanto, as superfortalezas voadoras não tinham raio de ação suficiente para regressar às suas bases, mesmo que essas se localizassem nas proximidades da fronteira ocidental soviética.

Os Estados Unidos envolveram-se na guerra como representantes da ONU⁵ para impedir que a Península da Coreia caísse sobre jugo comunista e, também, para impedir que a URSS conquistasse franco acesso ao Pacífico.

A Guerra da Coreia foi uma guerra limitada, em área (a Península da Coreia), em objetivos (o norte-americano era tão-somente conter a progressão para o sul das forças comunistas, jamais ultrapassando o paralelo 48° N) e no armamento empregado.

O uso da bomba atômica, pleiteado por MacArthur, foi proibido, pois era impossível, aos presidentes norte-americanos, prever a reação soviética na Europa e inaceitável a extensão do conflito à China comunista.

Pela primeira vez o Poder Político atuava diretamente sobre a condução da guerra, ao recusar autorização para o emprego da arma atômica.

A Guerra da Coreia foi uma guerra terrestre, de atrição.

O uso do mar não esteve, em momento algum, em disputa, pois a Coreia do Norte não dispunha de forças navais e, assim, o Poder Naval norte-americano pôde exercer pleno domínio da área marítima adjacente ao território coreano, com intensa utilização de aeronaves baseadas em navios-

aeródromos sobre o território inimigo, em apoio à ação terrestre.

Em apenas um momento esse domínio foi ameaçado, quando a força naval norte-americana tentou realizar uma operação anfíbia para envolver o flanco do Exército norte-coreano que se apoiava no litoral.

O desembarque anfíbio em Inchon teve que ser postergado porque os comunistas, para tentar impedi-lo, utilizaram uma velha arma, a mina marítima. Só dias depois a força de desembarque foi posta na cabeça-de-praia, tendo perdido a possibilidade da surpresa e a iniciativa.

O impasse foi estabelecido quando MacArthur pediu autorização para usar a bomba atômica e essa lhe foi negada.

A guerra se arrastou até 1953, quando foi assinado o armistício, no qual se reconhecia a existência de novo país comunista – a Coreia do Norte.

Mesmo assim, ficou impedido o acesso direto da URSS ao Mar da China e ao Pacífico flanqueando o Japão.

A quem escreve sobre a Guerra da Coreia no ano 2000, quando começam a ser liberados os documentos sigilosos a respeito do conflito, cabe apontar que, transcorridos 50 anos, apenas agora norte e sul-coreanos reiniciam, lentamente, o encaminamento de relações normais.

O desembarque anfíbio em Inchon teve que ser postergado porque os comunistas, para tentar impedi-lo, utilizaram uma velha arma, a mina marítima

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES> / Estratégia de contenção periférica;

5 N.A.: Os Estados Unidos conseguiram essa qualidade na reunião do Conselho de Segurança da ONU, realizada em 26 de junho de 1946, à qual não compareceu o representante da URSS – o que, pelas regras para seu funcionamento, equivaleria a um veto.

ILHA FISCAL



Adquirida pela Marinha, em 1913, graças à gestão do Almirante Alexandrino Faria de Alencar, então Ministro da Marinha, a Ilha Fiscal é hoje parte do complexo cultural do Serviço de Documentação da Marinha, após passar por um período de restauração.

Conhecida pelo evento que se tornou conhecido como "O Último Baile do Império", realizado alguns dias antes da Proclamação da República, a Ilha Fiscal já pode ser visitada regularmente. O roteiro de visita está dividido em três partes:

- Torreão;
- Ala Cerimonial; e
- Exposições permanentes.

No setor das exposições permanentes destacam-se a contribuição da Marinha do Brasil para o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, e a história da Ilha Fiscal.

O passeio a Ilha Fiscal, feito pelo Rebocador *Laurindo Pitta*, ocorre às quintas, sextas, sábados e domingos às 13h e 16h, saindo do cais do Espaço Cultural da Marinha, à Av. Alfred Agache s/n, na Praça XV.

Escolas e grupos especiais deverão marcar visitas através do telefone 2233-9165, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 16h.